

Secretaria da Fazenda de SP é alvo de operação contra fraude tributária

Investigação do MP aponta possível esquema para manipular ressarcimentos de ICMS

Uma operação do Ministério Público de São Paulo investiga um suposto esquema de corrupção envolvendo servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo suspeitos de manipular procedimentos fiscais para favorecer empresas.

Batizada de “Fisco Paralelo”, a ação foi deflagrada pelo Grupo Especial de Repressão a Delitos Econômicos (GEDEC) e cumpriu 22 mandados de busca e apreensão em cidades como São Paulo, Campinas, Vinhedo e São José dos Campos. O objetivo é reunir provas sobre a atuação de uma possível organização criminosa voltada à obtenção irregular de benefícios tributários.

De acordo com as investigações, o esquema envolveria a manipulação de processos relacionados ao ressarcimento de ICMS-ST e à liberação de créditos acumulados de ICMS, mecanismos legais que permitem às empresas recuperar valores pagos a mais em determinadas operações. A suspeita é de que esses procedimentos tenham sido direcionados mediante pagamento de propina a agentes públicos, com a participação de servidores públicos em diferentes níveis da estrutura administrativa.

As diligências foram realizadas em endereços ligados a profissionais que atuam em setores estratégicos da secretaria,



Divulgação MPSP

“Fisco Paralelo” aconteceu nas cidades de São Paulo, Campinas, Vinhedo e São José dos Campos

incluindo delegacias regionais tributárias na capital e na região metropolitana, além de áreas responsáveis pela fiscalização e análise de créditos fiscais. Entre os locais citados estão unidades como as delegacias regionais da Lapa, Butantã, ABCD e Osasco, além da Diretoria de Fiscalização (DIFIS).

Segundo o Ministério Público, há indícios de que o grupo atuava de forma estruturada, com divisão de tarefas e possível participação de intermediários. A investigação também apura a prá-

tica de lavagem de dinheiro, com uso de mecanismos para ocultar a origem dos valores obtidos de forma ilícita.

A operação contou com apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do CyberGAECO, do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) e da Polícia Militar. Durante o cumprimento dos mandados, foram apreendidos documentos, equipamentos eletrônicos e mídias digitais que devem subsidiar o avanço das investigações.

O foco da apuração é identificar a extensão do esquema, os valores envolvidos e todos os possíveis beneficiários das irregularidades. O Ministério Público também busca verificar se houve prejuízo aos cofres públicos e eventual impacto na arrecadação estadual.

Casos desse tipo acendem alerta sobre a vulnerabilidade de sistemas de controle em áreas sensíveis da administração tributária, especialmente em processos que envolvem a concessão de benefícios fiscais e a liberação de

créditos. Especialistas apontam que fraudes nesses mecanismos podem gerar prejuízos significativos ao erário, além de comprometer a isonomia concorrencial entre empresas.

O caso também chama atenção para a complexidade dos mecanismos tributários envolvidos, como o ICMS-ST e os créditos acumulados, que exigem análise técnica detalhada e controle rigoroso por parte do poder público. Para investigadores, eventuais falhas ou manipulações nesses processos podem abrir brechas para fraudes sofisticadas, dificultando a detecção imediata e ampliando os prejuízos. O avanço das investigações poderá indicar a necessidade de revisão de procedimentos internos e reforço nos mecanismos de auditoria.

A apuração segue em andamento e não há confirmação sobre oferecimento de denúncia ou afastamento de servidores. O material apreendido será analisado para aprofundar a investigação e esclarecer o funcionamento do suposto esquema.

Em nota, o governo de São Paulo informou que a operação contou com a atuação integrada de órgãos estaduais e ressaltou que a gestão não compactua com irregularidades. Segundo o comunicado, eventuais desvios de conduta serão apurados com rigor, com adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

Poupatempo vence Prêmio iBest 2025 em duas categorias

Governo de São Paulo/Divulgação

O Poupatempo foi eleito o melhor serviço digital do Brasil na categoria Governo Estadual no Prêmio iBest 2025, com vitória tanto na avaliação da Academia quanto no voto popular.

Gerido pela Prodesp, vinculada à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), o programa integra a estratégia do Governo de São Paulo para ampliar o acesso a serviços públicos por meio da marca SP.GOV.BR, com foco em simplicidade, agilidade e segurança.

Hoje, o Poupatempo reúne mais de 4,2 mil serviços, entre opções presenciais e digitais. A rede conta com 244 postos físicos e cerca de 900 totens de autoatendimento distribuídos em 645 municípios do Estado, ampliando o alcance e facilitando o atendimento à população.

A cerimônia de premiação



Programa integra a estratégia para ampliar o acesso a serviços

foi realizada na capital paulista e contou com a presença do presidente da Prodesp, Gileno Barreto, dos diretores Thiago Waltz (Relacionamento), Carlos Netto Vaz (Serviços) e Rafael Soto (Desenvolvimento), além do subsecretário de Governo Digital, João

Rodrigues.

Considerado o principal reconhecimento do universo digital brasileiro, o iBest destaca iniciativas que se sobressaem em inovação, usabilidade e impacto, com base na avaliação de especialistas e na escolha do público.

360 mil alfabetizados na idade certa em SP

São Paulo atingiu a meta nacional de alfabetização ao registrar 61% dos alunos do 2º ano leitores em 2025, segundo dados do Ministério da Educação. O índice representa cerca de 360 mil crianças alfabetizadas e coloca o estado como o maior em número absoluto de estudantes leitores no país. Com o resultado, São Paulo segue na rota para conquistar, em 2027, o selo ouro do programa Criança Alfabetizada.

O desempenho supera o registrado em 2024, quando o estado alcançou 58% e já havia ultrapassado a meta estabelecida. Na ocasião, a rede estadual recebeu o selo ouro da premiação, entregue pelo MEC nesta semana. A iniciativa busca ampliar o percentual de crianças alfabetizadas na idade certa.

O avanço é atribuído, segundo o governo estadual, ao

investimento na área. Em 2025, foram destinados R\$ 500 milhões para ações de alfabetização, ante os R\$ 300 milhões aplicados no ano anterior.

A estratégia é conduzida pelo programa Alfabetiza Juntos SP, que articula ações com municípios e oferece suporte a escolas por meio de formação de professores, materiais pedagógicos e plataformas educacionais. A iniciativa está presente em cidades paulistas e busca ampliar o percentual de crianças alfabetizadas na idade certa.

O programa também recebeu reconhecimento internacional ao ser validado pela Unesco, que destacou a metodologia adotada como contribuição para o avanço da educação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.